



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

REFLEXÕES SOBRE A INCLUSÃO NO ENSINO REGULAR

ROSINEI FARIA FERREIRA COUTO CABRAL

BELO HORIZONTE, 2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

REFLEXÕES SOBRE A INCLUSÃO NO ENSINO REGULAR

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob a orientação da Professora Ângela Carmem Abreu Fraga Fonseca, do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2015

FOLHA DE APROVAÇÃO

Rosinei Faria Ferreira Couto Cabral

REFLEXÕES SOBRE A INCLUSÃO NO ENSINO REGULAR

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em _____ de _____ de dois mil e quinze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. Nome completo do professor - Avaliador

Prof. Ângela Carmem Abreu Fraga Fonseca - Orientadora

Rosinei Faria Ferreira Couto Cabral - Cursista

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à professora Ângela Carmem Abreu Fraga Fonseca, incansável batalhadora em prol da formação de seus (suas) alunos (as); dedico este trabalho em reconhecimento pelos valiosos ensinamentos a mim transmitidos, pela paciência com que se dispõe a esclarecer dúvidas, pelo seu exemplo de dedicação profissional, que além de tantos méritos, me inspira o desejo de saber cada vez mais e me leva, através de um espírito crítico, a cavalgar o tempo rumo ao futuro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela vida, saúde, amor e força constante em todos os momentos de minha vida. Aos professores/orientadores e colegas pela dedicação e troca de experiências. À minha família, pelo incentivo e presença constante durante este curso.

EPÍGRAFE

“A educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida.”

John Dewey

RESUMO

A educação inclusiva, tema do trabalho elaborado, é um processo que visa a participação de todas as classes de alunos nos estabelecimentos de ensino regular. A inclusão é humanística, democrática, percebe o indivíduo e suas singularidades, objetivando o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos. O objetivo geral desta análise é realizar uma análise da Educação Inclusiva a partir de seus diferentes períodos para a compreensão das práticas do cotidiano escolar. E como objetivos específicos apresentar a legislação disponível sobre o tema; conhecer os alunos na escola em questão, refletindo sobre a prática inclusiva dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes regulares, Enfatiza-se a importância de abordar os aspectos da educação inclusiva, para reconhecimento de sua implantação nas escolas, bem como o conhecimento da legislação, pertinente a ela. O estudo da literatura apontou necessidade da educação inclusiva, desde que as escolas estejam equipadas para tal e que haja profissionais capacitados e em quantidade necessária para o efetivo atendimento aos inclusos.

Palavras-Chave: educação inclusiva, ensino regular, diversidade.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
1A LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL.....	10
2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SUA RELAÇÃO COM O ENSINO REGULAR	12
3 O PAPEL DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	15
CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
REFERÊNCIAS.....	20
ANEXO.....	21

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é um tema amplamente estudado e divulgado mundialmente, com uma legislação própria que garante aos alunos com necessidades especiais seu acolhimento e ingresso na escola regular, independente de quais sejam suas necessidades. Além da matrícula do aluno com necessidades especiais, a escola deve oferecer condições efetivas de aprendizagem e desenvolvimento de suas potencialidades.

Enfatiza-se que é desafiante fazer com que a inclusão ocorra nas escolas regulares e garantir a aprendizagem e o desenvolvimento integral do indivíduo, daí o grande interesse em se pesquisar o tema. A escola alvo da pesquisa vem caminhando no sentido de se tornar uma escola inclusiva de fato, apresentando o planejamento específico para as crianças com necessidades especiais.

A realização desta análise justifica-se no fato de a educação inclusiva estar presente no cotidiano das escolas. De forma que, para garantir a aprendizagem de todos os alunos se faz necessário o fortalecimento da formação dos professores bem como criar uma rede entre alunos, docentes, gestores escolares, e famílias para garantir o sucesso da aprendizagem. O interesse pelo tema se deu a partir de reuniões pedagógicas, por leituras sobre a Educação Inclusiva, bem como as políticas públicas que exigem o acolhimento de crianças com necessidades especiais.

A escola analisada foi o CEMEI . Centro Municipal de Educação Infantil Santo Antônio, situado à Rua Marina Emilce de Oliveira, nº 139, Bairro São José, em Santo Antônio do Monte, funcionando em tempo integral, nas modalidades de ensino: Educação Infantil . Creche e Pré-escola, atendendo aproximadamente 180 crianças . sendo uma delas portadora de necessidades educacionais especiais, é deficiente física e apresenta paralisia cerebral; com um corpo de funcionários de 25(vinte e cinco) educadores, 9 auxiliares, 01 (uma) especialista, 01 (um) psicólogo e 3 funcionários administrativos. O objetivo do CEMEI é formar cidadãos críticos, num ambiente educativo e de gente feliz, organizando seu processo educacional para que ele seja um instrumento de humanização e interação social que valoriza as diferenças individuais e combate a discriminação, estimulando as várias capacidades da criança, respeitando o nível de maturação.

O atual Projeto Político Pedagógico . PPP . da escola foi revisado em 2012, envolvendo diretora, pedagoga, professores, comunidade escolar e demais funcionários da escola. Sabe-se que para a revisão e, conseqüentemente, a elaboração de um Projeto Político Pedagógico, que seja norteador de um trabalho de qualidade, é necessária a participação de todos os elementos que formam a comunidade escolar: pais, alunos e funcionários da escola. Com destaque para o papel do professor que deve possuir um maior conhecimento das competências, habilidades e, também, fragilidade dos alunos. Pois, isso possibilita que ele perceba o que deve ser mais explorado no dia a dia em sala de aula, fazendo, assim, um planejamento capaz de ser realizado e ter seus objetivos alcançados. E para que a participação do professor e comunidade escolar, na construção do PPP se efetive, torna-se necessário que todos estejam conscientes de suas funções, tendo interesses reais e coletivos, sempre buscando as mudanças necessárias para a melhoria do CEMEI.

No entanto, destaca-se que não existe no PPP do CEMEI um segmento de trabalho efetivo para as crianças com necessidades especiais. A inclusão é mencionada no geral do trabalho da escola, quando menciona a Lei 9.394/96 e o número de crianças na instituição, sendo uma portadora de necessidades especiais.

O objetivo geral dessa análise é realizar uma análise da Educação Inclusiva a partir de seus diferentes períodos para a compreensão das práticas do cotidiano escolar. E como objetivos específicos apresentar a legislação disponível sobre o tema; conhecer os avanços históricos da concepção da Educação Inclusiva e os benefícios aos seus alunos na escola em questão, refletindo sobre a prática inclusiva dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes regulares.

Esta análise foi organizada em seções. Na primeira seção, apresenta-se a legislação sobre a Educação Inclusiva no Brasil. Na segunda seção, uma proposta para a educação na diversidade e finalizando o trabalho analisa-se o papel do gestor, do pedagogo frente aos desafios da Educação Inclusiva.

1 A LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

A prática da integração iniciou-se a partir da Constituição Brasileira de 1988 e da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A Constituição Federal de 1988 (CF 88, art. 205, inc III) evidencia que o Estado deve garantir atendimento educacional especializado àqueles que apresentam necessidades educacionais especiais (Res. 2/01), preferencialmente na rede regular de ensino. Nelas, a educação de crianças portadoras de necessidades especiais deveria ocorrer preferencialmente na escola de ensino regular.

Destaca-se que as políticas públicas visam a constituição de uma educação de qualidade e sem nenhuma discriminação como aponta a legislação vigente:

- Constituição Federal de 1988 - Educação Especial
- Lei nº 9394/96 . Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBN
- Lei nº 9394/96 . LDBN - Educação Especial
- Lei nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente - Educação Especial
- Lei nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente
- Lei nº 8859/94 - Estágio
- Lei nº 10.098/94 - Acessibilidade
- Lei nº 10.436/02 - Libras
- Lei nº 7.853/89 - CORDE - Apoio às pessoas portadoras de deficiência
- Lei n.º 8.899, de 29 de junho de 1994 - Passe Livre
- Lei nº 9424 de 24 de dezembro de 1996 - FUNDEF
- Lei nº 10.845, de 5 de março de 2004 - Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência
- Lei nº 10.216 de 4 de junho de 2001 - Direitos e proteção às pessoas acometidas de transtorno mental
- Plano Nacional de Educação - Educação Especial (DEMO, 1997).

A legislação sobre Educação Inclusiva no Brasil evoluiu muito após a Declaração de Salamanca que preconizou duas diretrizes: a de transformar os sistemas de ensino com o objetivo de acolher todas as crianças nas escolas regulares e eliminar a discriminação no acesso à educação. De forma que %

inclusão não significa torna todos iguais, mas respeitar as diferenças.+ (MANTOAN, 1990). A Declaração de Salamanca consiste na retomada de discussões sobre as diretrizes básicas para reformulação e reforma de políticas e sistemas educacionais.

A "especialidade" da educação especial (parafrazeando Carvalho, em Conferência no Congresso Internacional de Educação Especial, em Curitiba, 1996) começa a ser colocada em questão; (de que todos os seres humanos possuem o mesmo valor, e os mesmos direitos), otimizando seus esforços e se utilizando de práticas diferenciadas, sempre que necessário, para que tais direitos sejam garantidos. Em segundo lugar, significa entender do que se trata inclusão em educação:

O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças deveriam aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade (...) Dentro das escolas inclusivas, as crianças com necessidades educacionais especiais deveriam receber qualquer apoio extra que possam precisar, para que se lhes assegure uma educação efetiva (...) (DECLARAÇÃO DE SALAMACA, 1994).

Em outras palavras, as implicações consistem no reconhecimento da igualdade de valores (BOOTH, 1981, apud MANTOAN, 2001) e de direitos, e na consequente tomada de atitudes, em todos os níveis (político, governamental, social, comunitário, individual) que reflitam uma coerência entre o que se diz e o que se fala.

2 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SUA RELAÇÃO COM O ENSINO REGULAR

Assevera-se que a educação inclusiva objetiva atender aos alunos com necessidades especiais em salas de aula de escolas comuns de ensino regular, promovendo a aprendizagem e o desenvolvimento de todos. De acordo com Ferreira (2003), a inclusão requer mudanças na estrutura e funcionamento das escolas, uma efetiva parceria entre escola e família, bem como uma formação e capacitação efetiva dos profissionais.

Segundo Marques (2000), a educação inclusiva reúne todos os alunos nas escolas regulares e em salas comuns e a educação especial promove aprendizado das crianças em separado, pois pensa-se que as necessidades das crianças especiais não podem ser supridas em escolas de ensino regular. Inclusão numa sociedade de excluídos passa a ser a palavra chave para se alcançar a verdadeira democracia proclamada em nossas leis. Para Marques (apud MARQUES, 2000, p. 32),

Integrar significa abrir as portas da participação social a todos os indivíduos indistintamente, quer na educação regular, quer no mercado de trabalho, nas atividades de lazer, na cultura, na política, assim como em todos os setores da vida social.

Enfatiza-se que uma das tarefas para a concretização da inclusão é a de identificar constantemente as intervenções e as ações desencadeadas e/ou aprimoradas para que a escola se torne um espaço de aprendizagem para todos os alunos. Isso exigirá novas elaborações no âmbito dos projetos escolares, visando ao aprimoramento de sua proposta pedagógica, dos procedimentos avaliativos institucionais e da aprendizagem dos alunos. (MANTOAN e PRIETO, 2006).

Assevera-se que, entendendo a inclusão escolar enquanto a busca por tornar reconhecida e valorizada a diversidade como aspecto favorecedor da aprendizagem, as limitações dos sujeitos devem ser consideradas apenas como uma informação sobre eles que, assim, não pode ser ignorada na elaboração dos planejamentos de ensino. O foco principal deve estar centrado na identificação de suas possibilidades dialogando com o desenvolvimento de formas para garantir condições propícias à sua autonomia escolar e social, enfim, para que se tornem cidadãos de iguais direitos. (MANTOAN, 2006). Desta forma, a educação especial não se justifica a não

ser como facilidades especiais que não estão disponíveis na escola comum e que são essenciais para determinados alunos+(MAZZOTTA, 1981, p. 11).

Pinto (1999) destaca que as perspectivas históricas descritas descritivas abaixo retratam uma visão globalizada da educação inclusiva, que não corresponde ao estágio em que se encontra cada país e cada sociedade envolvida no processo da educação inclusiva. Peter Clough (2000) aponta as seguintes perspectivas históricas da Educação Inclusiva:

1. O legado psico-médico: (predominou na década de 50) vê o indivíduo como tendo de algum modo um deficit e por sua vez defende a necessidade de uma educação especial para aqueles indivíduos.
2. A resposta sociológica: (predominou na década de 60) representa a crítica ao legado psico-médico, e defende uma construção social de necessidades educativas especiais.
3. Abordagens Curriculares: (predominou na década de 70) enfatiza o papel do currículo na solução - e, para alguns escritores, eficazmente criando - dificuldades de aprendizagem.
4. Estratégias de melhoria da escola: (predominou na década de 80) enfatiza a importância da organização sistêmica detalhada na busca de educar verdadeiramente.
5. Crítica aos estudos da deficiência: (predominou na década de 90) frequentemente elaborada por agentes externos à educação, elabora uma resposta política aos efeitos do modelo exclusionista do legado psico-médico. (PINTO, 1999).

Nos últimos anos tem havido, de fato, certo esforço no sentido de incluí-la como alternativa de educação escolar no contexto da Educação Geral. No entanto, tal circunstância tem sido prejudicada por estarem ainda os educadores, administradores e legisladores voltados apenas para os elementos e fatores intra-escolares, esquecendo-se do contexto social, econômico e cultural em que se inserem. (MAZZOTA, 1993).

A prática de classificar por dicotomia a educação escolar, em regular ou comum e especial, bem como os educandos, em deficientes e não-deficientes, tem contribuído amplamente para a distorção e desqualificação de diversas alternativas educacionais surgidas no contexto brasileiro a partir de meados do século passado.

Nesse mesmo sentido, é oportuno reiterar que Educação Especial e excepcionalidade são condições necessariamente mediadas pela Educação Comum, ou seja, ~~sem~~ a mediação da educação comum não há excepcionalidade e nem educação especial+(MAZZOTTA, 1993, p. 139).

Enfatiza-se que ~~embora~~ a escola não seja a única instituição capaz de realizar grandes transformações sociais e de ser incapaz de fazê-lo isoladamente, ela é um dos instrumentos mais importantes no processo de construção da sociedade inclusiva para todos+ (PINTO, 1999, p.1).No entanto, a efetivação da educação escolar para todos, mediante recursos tais como educação especial, preferencialmente via rede regular de ensino, para os que a requeiram ou educação inclusiva onde a diversidade de condições dos alunos possa ser competentemente contemplada e atendida, demandará uma ação governamental e não-governamental. Isto sem ignorar que a verdadeira inclusão escolar e social implica, essencialmente, a vivência de sentimentos e atitudes de respeito ao outro como cidadão. (MAZZOTA, 1993).

3 O PAPEL DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A princípio, acreditava-se que as dificuldades educativas deviam ser resolvidas, exclusivamente, por especialistas. Quando, por qualquer razão, as crianças eram consideradas excepcionais ou especiais, os professores eram levados a recorrer aos especialistas para resolver o problema. Consequentemente, os professores eram levados a supor que não se esperava que ensinassem os alunos da sua turma. Além disso, o trabalho de alguns especialistas de educação especial apoiava essa perspectiva, dando a impressão que tinham métodos de trabalho que lhes eram próprios. Essa atitude tinha o efeito de ainda abalar mais a confiança dos professores, implicando que não deviam assumir a responsabilidade de determinados alunos. No entanto, assumir a responsabilidade de todos os alunos não significa pensar que os professores não podem procurar ajuda ou pedir conselho, mas, afirma-se que, pelo contrário, são necessárias abordagens de ensino-aprendizagem que valorizem as especialidades que possam ser partilhadas entre os educadores. (MAZZOTA, 1993).

Enfatiza-se que, embora seja inevitável que o ensino consista especialmente em organizar a aprendizagem de um elevado número de alunos (particularmente dada a dimensão das turmas em muitas escolas), a tarefa do professor deve ser encontrar formas de gerir o ambiente educativo tendo em conta cada um dos alunos. É preciso reconhecer a individualidade de cada criança e vê-la como um fator positivo a ser utilizado para enriquecer a programação da vida em grupo. Como parte do processo para conhecer a criança, o professor tem também de estar atento a fatores físicos e sensoriais ou a outros aspectos de saúde que seja necessário ter em conta ao planificar o currículo. (MAZZOTA, 1993).

Na prática inclusiva, é dada ao professor a responsabilidade de ensinar tanto aos alunos portadores de necessidades especiais quanto aos não portadores de necessidades especiais. Há também um cuidado importante, que é o de fazer com que a criança portadora de necessidades especiais seja sempre um membro integrado e valorizado na sala de aula. Os alunos portadores de necessidades especiais devem ser ensinados da mesma forma que os demais colegas. No entanto, alguns materiais precisam ser adaptados, mas somente até o nível

necessário para satisfazer as necessidades de aprendizagem de qualquer aluno. Neste sentido Mantoan (2001, p.87) complementa que:

[...] mudar a escola é uma tarefa que exige trabalho em muitas frentes; tendo como eixo das escolas a aprendizagem, pois as escolas existem para que todos os alunos aprendam; garantir tempo para que todos os alunos possam aprender; abrir espaços para que a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados nas escolas por professores, administradores, funcionários e alunos, pois são habilidades mínimas para o exercício da verdadeira cidadania; estimular a formação contínua do professor, pois é o responsável pela aprendizagem dos alunos; e promover uma política de valorização do professor.

Enfatiza-se que desfazer a lógica da exclusão passa por analisar os processos escolares com a lógica das potencialidades, probabilidades, facilidades e equiparação de oportunidades, elaborando novos planos e processos. A formação acadêmica de professores e supervisores tem que pressupor a existência, se não de uma educação inclusiva, pelo menos da luta para sua construção, na tentativa de que a formação possa produzir mudanças na ideologia da escola excludente. (MANTOAN, 2001).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo das discussões aqui provocadas, procurou-se realizar uma análise da Educação Inclusiva a partir de seus diferentes períodos para a compreensão das práticas do cotidiano escolar.

Refletir sobre a inclusão no ensino regular é perceber sob outro ângulo o processo ensino . aprendizagem; requer um trabalho mais abrangente que não se limita às avaliações ou a modelos preconcebidos por um padrão educacional que privilegia a homogeneidade de turmas e/ou alunos, mas uma nova perspectiva vista sob a ótica da produção vinda do desejo individual de aprender, conhecer, investigar e descobrir novas potencialidades e que visa à participação de todos os alunos nos estabelecimentos de ensino regular, minimizando diferenças quanto à capacidade, ao desempenho cognitivo, à raça, ao gênero, à classe social, à estrutura familiar, ao estilo de vida, à sexualidade ou até a deficiência física.

Os estudos apontaram os desafios de se estruturar um sistema educacional que privilegie um processo de formação inerente a todas as políticas sociais básicas, afinal, para Maria Dolores da C. Pinto, a sociedade está pautada na cidadania. Maria Teresa Eglér Mantoan e Rosângela Gavioli percebem a inclusão escolar como um direito à educação de qualidade para todos, primando pela igualdade, o que pode ser fundamentado em documentos como a Declaração de Salamanca e Linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Mazzota e Marques afirmam em seus trabalhos sobre Educação Inclusiva que a educação da escola para todos, mediante recursos como educação especial, através do ensino regular, para os que requeiram a educação inclusiva ou especial onde a diversidade de condições do alunado possa ser competentemente contemplada e atendida, dependerá e demandará ações governamentais ou não. Isto, sem ignorar que a verdadeira inclusão escolar e social implica essencialmente na vivência de sentimentos e atitudes de respeito ao outro como cidadão.

Conhecer e apropriar-se da legislação sempre é importante e fundamental para o exercício da cidadania, afinal, é através dela que a escola é reconhecida como um importante espaço educativo, tanto que amplia o papel educacional diante da sociedade. A flexibilidade e a liberdade outorgadas às escolas fazem com que as instituições sejam capazes de construir, implementar e avaliar seu sistema

educacional como está previsto na Constituição da República Federativa do Brasil e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Assim, produção de contextos curriculares orientados pela diferença está legalmente assegurada, ou seja, é a base para que os espaços educacionais sejam repensados e adaptados à realidade de cada instituição.

O papel desempenhado pelo professor na relação entre o aluno e o saber passa pelas distintas concepções de ensino e aprendizagem; quer seja como resposta aos desafios para flexibilizar as condições de ensino, quer seja priorizando reforços negativos e/ou positivos, facilitando a aprendizagem, porém, necessariamente, promovendo maior diálogo ou compartilhando o processo de construção do conhecimento, criando laços de afetividade, princípio este essencial na educação *inclusiva*.

Respeitando à legislação e criando um ambiente harmônico, o objetivo inicial do CEMEI - Centro Municipal de Educação Infantil Santo Antônio, passa, então, a ser formar cidadãos críticos, num ambiente educativo e de gente feliz, organizando seu processo educacional para que ele seja um instrumento de humanização e interação social que valoriza as diferenças individuais e combate a discriminação, estimulando as várias capacidades da criança, respeitando o nível de maturação.

O CEMEI funciona em tempo integral, nas modalidades de ensino: Educação Infantil . Creche e Pré-escola, atendendo aproximadamente 180 crianças . sendo uma delas portadora de necessidades educacionais especiais, é deficiente física e apresenta paralisia cerebral. Para acompanhá-la em sua rotina, há um profissional especializado; requer cuidados específicos e é bem aceita pelas demais crianças, além de manifestar satisfação quando bem acolhida. O CEMEI é um espaço de interação e convívio para ela, no contra turno é atendida pelos profissionais da APAE.

O ensino orientado pela diferença, no CEMEI em questão, se dá quando há um consenso entre o papel de cada produtor curricular e seu discurso educacional, porém o Projeto Político Pedagógico não prevê ainda estratégias e condições de ensino que atendam à educação inclusiva. O PPP é reformulado a cada dois anos e esta é a primeira experiência de trabalho com um aluno com necessidades educacionais especiais.

Frente a tantos desafios, acredita-se que a educação inclusiva é uma realidade que se faz presente no cotidiano escolar, vem fortalecer a intencionalidade

da escola: oportunizar a formação humana pautada no ser responsável, comprometido, crítico e criativo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9394 de 20 de dezembro de 1996.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. Curitiba, 1996.

FERREIRA, Maria Elisa Caputo e GUIMARÃES, Marly. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér e PRIETO, Rosângela Gavioli. **Inclusão escolar**. São Paulo: Summus, 2006.

MARQUES, L.P. Educação infantil inclusiva: um desafio possível. **Temas sobre Desenvolvimento**, v. 8, n. 48, p. 30-7, 2000.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil**: história e políticas públicas. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Trabalho docente e formação de professores de educação especial**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 1993.

PINTO, Maria Dolores da C. **Sociedade e Educação Inclusivas: Desafios do Final do Século**. In: Mensagem APAE, 1999.

UNESCO/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA DA ESPANHA. **Declaração de Salamanca e Linha de ação sobre necessidades educativas especiais**: acesso e qualidade. Brasília, DF: CORDE, 1994

ANEXO: Projeto Político Pedagógico



escola de gestores
da educação básica

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CENTRO MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO INFANTIL SANTO ANTÔNIO**

**GISELLE MARIA BRASILEIRO GUIMARÃES
REJANE APARECIDA DE OLIVEIRA CASTRO
ROSINEI FARIA FERREIRA COUTO CABRAL
SÔNIA APARECIDA DE FARIA RESENDE**

**BELO HORIZONTE
2014
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)**

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL SANTO ANTÔNIO

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Lidiane Xavier de Faria do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE
2014**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1. FINALIDADES DA ESCOLA	6
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	8
3. CURRÍCULO	12
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	18
5. PROCESSOS DE DECISÃO	22
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	25
7. AVALIAÇÃO	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	33

INTRODUÇÃO

Sabidamente, Ferreira (2009), definiu:

O Projeto Político Pedagógico é um documento produzido como resultado do diálogo entre os diversos segmentos da comunidade escolar a fim de organizar e planejar o trabalho administrativo-pedagógico, buscando soluções para os problemas diagnosticados. O PPP, além de ser uma obrigação legal, deve traduzir a visão, a missão, os objetivos, as metas e as ações que determinam o caminho do sucesso e da autonomia a ser trilhado pela instituição escolar. (2009, p. 01)

A instituição denominada como Centro Municipal de Educação Infantil Santo Antônio, situada à Rua Marina Emilce de Oliveira, nº 139, Bairro São José . Santo Antônio do Monte . MG, possui como Entidade Mantenedora a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Monte, via Secretaria Municipal de Educação, supervisionada pela Superintendência Regional de Ensino de Divinópolis, funcionando em tempo integral, nas modalidades de ensino: Educação Infantil . Creche e Pré-escola - reconhecendo a importância da educação na formação integral da criança e na preparação destas para o ingresso no ensino fundamental, de acordo com a Lei nº 9394/96 e os Parâmetros Curriculares Nacionais, atendendo, aproximadamente, 135 crianças - uma portadora de necessidades especiais - na faixa etária de 04 (quatro) meses a cinco anos e onze meses, servindo-se, para isto, de 18 educadores, 01 especialista e 01 psicólogo.

O atual Projeto Político Pedagógico foi revisado em 2012, envolvendo diretora, pedagoga, professores, educadores, comunidade escolar e demais funcionários da instituição.

O CEMEI Santo Antônio foi planejado, posteriormente, ampliado e é um dos cinco que atende às crianças carentes de 0 a 5 anos da cidade, buscando formar cidadãos críticos, num ambiente educativo e de gente feliz. Situado num bairro periférico da cidade de Santo Antônio do Monte, interior de Minas Gerais, com uma população, que em sua maioria, vive unicamente da venda de rifas. Este trabalho é feito através das viagens dos pais, denominados rifeiros. Partem de Santo Antônio do Monte, na segunda feira, com os carros carregados de diversas mercadorias (brincos, colchas, sandálias, produtos de beleza, roupas), levando, os mesmos, para outros estados, com uma freguesia já estabelecida e com as vendedoras já escolhidas. Deixam os produtos com as vendedoras, estabelecendo prazo para

voltar e fazer o acerto. Geralmente, o intervalo é de 22 dias. Retornam a Santo Antônio do Monte, para reencontrar seus familiares, e carregar, novamente, o carro com novas mercadorias a serem revendidas.

Destaca-se, na economia da cidade, a fabricação e venda de Fogos de Artifício, composta por uma clientela de classe social diferenciada, classe média baixa e classe baixa. Portanto, as crianças necessitam ficar na instituição, na sua maioria, em tempo integral, para que os pais possam se ausentar para o trabalho sabendo que seus filhos estarão sendo bem cuidados e educados, com segurança e afeto. Os moradores da comunidade contam com rede de esgoto, rede de água tratada, ruas asfaltadas e rede de iluminação pública.

A instituição é subsidiada pela Secretaria Municipal de Educação, que responde pelos serviços administrativos e pedagógicos do CEMEI Santo Antônio, instituição que funciona em tempo integral, no ensino da Educação Infantil, nas modalidades de creche e pré-escola, de acordo com o disposto na Lei de Diretrizes e Bases . LDB Nº 9394/96, com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (Parecer 022/98) e os Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Infantil.

Para a revisão e conseqüentemente, a elaboração de um Projeto Político Pedagógico, que seja norteador de um trabalho de qualidade, é necessária a participação de todos os elementos que formam a comunidade escolar: pais, alunos e funcionários da escola. Com destaque para o papel do professor que deve possuir um maior conhecimento das competências, habilidades e, também, fragilidades dos alunos. Pois, isso possibilita que ele perceba o que deve ser mais explorado no dia a dia em sala de aula, fazendo, assim, um planejamento capaz de ser realizado e ter seus objetivos alcançados. E para que a participação do professor e comunidade escolar, na construção do PPP se efetive, torna-se necessário que todos estejam conscientes de suas funções, tendo interesses reais e coletivos, sempre buscando as mudanças necessárias para melhoria do CEMEI.

Para a revisão do PPP, o gestor escolar foi orientado pela equipe do setor pedagógico da Secretaria Municipal de Educação.

As teorias que norteiam o trabalho são as concepções filosóficas de homem, de sociedade, de educação, de escola, de professor/educador e pedagógicas - e as concepções psicológicas e sociais. Contemplam-se os fundamentos ético-políticos

(valores), fundamentos epistemológicos (conhecimento) e fundamentos didático-pedagógicos (relações).

De acordo com Moraes (2002, apud Kaloustian, Masagão, 2005, p. 41):

Ambientes físicos escolares de qualidade são espaços educativos organizados, limpos, arejados, agradáveis, cuidados, com flores e árvores, móveis, equipamentos e materiais didáticos adequados à realidade da escola, com recursos que permitam a prestação de serviços de qualidade aos alunos, aos pais e à comunidade, além de boas condições de trabalho aos professores, diretores e funcionários em geral. (KALOUSTIAN, MASAGÃO, 2005, p. 41).

Parafraseando o Projeto Pedagógico do Colégio Alternativo, de Rio Grande/RS, a avaliação do Projeto Político Pedagógico objetiva uma constante reflexão, considerando os valores expressos no referido projeto e as reais aspirações e necessidades da comunidade em que o CEMEI está inserido, ~~o~~intervindo, qualitativamente, no desenvolvimento do processo pedagógico, da gestão e nas relações, em todas as dimensões do fazer escolar+.

1. FINALIDADE DA ESCOLA

Diante da importância e necessidade de buscar uma educação de qualidade, com autonomia, o CEMEI Santo Antônio, viabiliza um processo de educação vivenciada na primeira etapa da Educação Básica, contribuindo para a formação integral da criança, sendo esta a finalidade em seu aspecto físico, psicológico, intelectual, afetivo, social, ético, complementando a ação de cuidar/educar, enriquecendo seu viver.

Os fatores internos e externos do CEMEI Santo Antônio são contemplados no Projeto Político Pedagógico, pois ambos influenciam, diretamente, no âmbito educacional. Não há como conceber o PPP sem levar em consideração esses fatores, afinal deve-se conceber este projeto como democratizador da educação, através de ações abrangentes tanto didático-pedagógicas, quanto administrativo-sociais.

Contudo, nas políticas educacionais brasileiras, ao ser aprovada a Lei Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 - Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, emerge um novo conceito de gestão democrática, onde a peça fundamental é a elaboração do Projeto Político Pedagógico e sua implementação, que vem superar o enfoque limitado de administração, a partir do entendimento que os problemas educacionais são complexos e que demandam uma ação articulada e conjunta, na superação dos mesmos.

A gestão da escola, sob essa nova perspectiva, surge como orientação e liderança competentes, exercidas a partir de princípios educacionais democráticos e como referencial para a organização do trabalho em educação, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas.

Nas palavras de Veiga (2008):

O projeto político pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão. (VEIGA, 2008, p. 13).

A instituição tem como finalidade proporcionar atendimento integral às crianças, organizando o processo educacional, para que o mesmo seja um instrumento de humanização e interação social que valoriza as diferenças individuais

e combate a discriminação, estimulando as várias capacidades da criança, respeitando o nível de maturação. Ter como prioridade o aspecto lúdico e as brincadeiras como processo de aprendizagem, ajuda o outro em seu desenvolvimento como ser humano, proporciona condições favoráveis para a formação consciente de hábitos, valores e atitudes, fortalece a participação dos pais nas atividades escolares e avalia, de forma constante, o desenvolvimento das crianças e as práticas pedagógicas da instituição.

Dalben(2004) ressalta que:

Chamada a rever suas práticas, a escola, como uma instituição social, encontra-se neste momento num processo dinâmico de renovação de valores, princípios, conteúdos e formas, na perspectiva de uma ação significativa, competente e comprometida com a melhoria de vida da população e com o engajamento em um novo tempo. (DALBEN, 2004, p.13).

O CEMEI Santo Antônio tem como missão o compromisso de realizar um trabalho que contribua para a construção do conhecimento através da promoção do desenvolvimento intelectual, afetivo, social e de valores éticos dos alunos, atendendo-os nos seus aspectos individuais e coletivos, contribuindo para a formação de cidadãos éticos e solidários, capazes de construir conhecimentos significativos, aplicando-os, criticamente, perante a sociedade, colocando seus dons para humanizar o mundo.

O ideal do CEMEI Santo Antônio é fazer com que, cada dia de nossas crianças, seja um novo desafio, desenvolvendo-se ampla e integralmente, em um ambiente favorável, onde sempre haja respeito, confiança, cooperação e alegria.

“Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo.” Paulo Freire

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1 É REGIME DE FUNCIONAMENTO

O Centro Municipal de Educação Infantil Santo Antônio inicia seu funcionamento às 6h 30 min às 17h 30 min, durante todo ano letivo, em acordo com o calendário escolar.

2.2 É ORGANIZAÇÃO FÍSICA

No *Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil*, Brasil, 1999, apud BRASIL, 2006, o ambiente físico é expresso como:

devendo ser arranjado de acordo com as necessidades e as características dos grupos de criança, levando-se em conta a cultura da infância e os diversos projetos e atividades que estão sendo desenvolvidos em conjunto com seus professores. A qualidade e a quantidade da relação criança. criança, adulto. criança, dos objetos, dos brinquedos e dos móveis presentes no ambiente dependem do tamanho destas e das crianças e podem se transformar em poderosos instrumentos de aprendizagem+e em um dos indicadores importantes para a definição de práticas educativas de qualidade+(BRASIL, 2006, p. 146).

O prédio da escola foi construído para atender a educação infantil, com adaptações necessárias ao nível de ensino e conta com uma infra-estrutura admirável, tanto de área externa quanto interna, em um ambiente saudável e seguro. Constam de suas dependências: Direção; Secretaria; Biblioteca; Cantina; Almoxarifado; Sala Multimídia; Coordenação Pedagógica; Salas de aula; Sala dos professores; Parque Infantil; Quadra poliesportiva, Lavanderia, Varanda coberta; Área livre para recreação; Banheiro para funcionários; Banheiros para alunos . masculino e feminino;

De acordo com Azevedo; Bastos; Rheingantz; Vasconcellos; Aquino (2004):

De fato, deve haver uma conscientização geral sobre a importância do espaço físico para o processo educativo, tanto da parte dos educadores, dos responsáveis pelas políticas públicas, como daqueles que concebem os espaços. Essa conscientização demanda uma abordagem interdisciplinar que envolva educadores, arquitetos, engenheiros, profissionais de saúde, administradores e a comunidade escolar, e que favoreça o compartilhamento dos diferentes saberes e objetivos. A ideia de que para se ter educação bastam apenas algumas carteiras, cadernos e quadro-negro, excluindo a qualidade do espaço desse processo, deve evoluir para uma abordagem entre sujeitos e ambiente, fundamentais para o desenvolvimento infantil. O desafio no processo de concepção dos ambientes escolares é a busca de um repertório espacial que responda a todos os requisitos formulados pelo grupo interdisciplinar. Essa abordagem procura uma

integração entre objetivos ambientais, pedagógicos, econômicos e sociais (AZEVEDO; BASTOS; RHEINGANTZ; VASCONCELLOS; AQUINO, 2004, p. 15-16).

As turmas atendidas pela escola são: Berçário I; Berçário II; Berçário III; Maternal I; Maternal II; Maternal III; 1º e 2º Período, de acordo com o estabelecido por lei, número de alunos, professores e educadores.

Conta-se com móveis e equipamentos em bom estado de conservação e adequados à Educação Infantil, bem como material pedagógico. O acervo bibliográfico e jogos pedagógicos são diversificados, disponíveis nas salas de aula, tendo, ainda, espaço reservado para leitura e brinquedoteca.

2.3 É ORGANIZAÇÃO TÉCNICA- ADMINISTRATIVA

O Centro Municipal de Educação Infantil Santo Antônio conta com a seguinte estrutura administrativa:

I É Órgão Mantenedor:

Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Monte
Secretaria Municipal de Educação

II É Direção / Coordenação . Núcleo que organiza, dirige, direciona e controla todas as atividades desenvolvidas no âmbito da instituição.

III É Secretaria . Órgão responsável pela execução dos trabalhos pertinentes a escrituração, correspondência e ao arquivo da escola.

IV É Coordenação Pedagógica . Função exercida pela Pedagoga da Educação Infantil Municipal, juntamente com a Coordenação da instituição.

2.4 É CORPO DOCENTE

O corpo docente é constituído por professores, legalmente habilitados, obedecendo às normas e disposições legais e regulamentares.

Os demais funcionários que compõem o quadro da educação básica são: psicólogo, secretária, auxiliares de serviços gerais e vigia.

2.5 É ORGANIZAÇÃO DA ROTINA PEDAGÓGICA DA INSTITUIÇÃO

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009, p. 16), as propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar os seguintes princípios:

Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.

Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais. (DCNEI, 2009, p. 16).

As atividades pedagógicas são organizadas de modo a seguir uma rotina que vai desde a chegada das crianças até o momento da saída, quando seus pais ou responsáveis retornam de sua jornada diária de trabalho.

O cotidiano do CEMEI Santo Antônio é composto por atividades que envolvem:

- Recepção e saída das crianças;
- Cuidados de higiene, lazer e repouso;
- Alimentação adequada às diferentes faixas etárias e necessidades da clientela;
- Atividades educativas dirigidas e orientadas, utilizando materiais e locais apropriados para tal fim.

As atividades desenvolvidas na instituição tem sempre sua importância para a criança. Do ponto de vista pedagógico destacamos:

- I . Cuidar, como parte integrante do processo educacional;
- II . Brinquedos / brincadeiras;
- III . Atividades livres;
- IV . Hora da história;
- V . Passeio;
- VI . Atividades permanentes;
- VII . Sequência de atividades;
- VIII . Projetos de trabalho;
- IX . Temas integradores.

De acordo com o Parecer das DCNEI (2009, Apud FARIA; SALLES, 2012, p. 38), há orientações importantes para a elaboração da Proposta Pedagógica da Educação Infantil:

O trabalho pedagógico na unidade de Educação Infantil, em um mundo em que a reprodução em massa sufoca o olhar das pessoas e apaga singularidades, deve-se voltar-se para uma sensibilidade que valoriza o ato criador e a construção pelas crianças de respostas singulares, garantindo-lhes a participação em diversificadas experiências. As instituições de Educação Infantil precisam organizar um cotidiano de situações agradáveis, estimulantes, que desafiem o que cada criança e seu grupo de crianças já sabem sem ameaçar sua autoestima nem promover competitividade, ampliando as possibilidades infantis de cuidar e ser cuidada, de se expressar, comunicar e criar, de organizar pensamentos e ideias, de conviver, brincar e trabalhar em grupo, de ter iniciativa e buscar

soluções para os problemas e conflitos que se apresentam às mais diferentes idades, e lhes possibilitem apropriar-se de diferentes linguagens e saberes que circulam em nossa sociedade, selecionados pelo valor formativo que possuem em relação aos objetivos definidos em seu Projeto Político Pedagógico.(BRASIL, CNE/CEB, 2009).

Participação e autonomia são os princípios da gestão democrática. E na perspectiva de gestão democrática e participativa, o Centro Municipal de Educação Infantil Santo Antônio desenvolve suas atividades, contando com a participação efetiva de todos os profissionais envolvidos no sistema educacional e comunidade escolar como um todo, através de atitudes diversas e contínuas.

Conforme Guimarães (2012):

Hoje, a escola para se diferenciar, precisa colocar seu foco em uma educação que vise a reconstrução dos conceitos morais e éticos, trabalhados na busca da equidade, de forma que seu currículo seja adaptado de acordo com a clientela que atende, trabalhando a interdisciplinaridade na formação de indivíduos capazes de analisarem, agirem e transformarem o meio em que vivem.(GUIMARÃES, 2012, p. 01).

Freire (1996, p. 52) diz que: ~~%~~ mundo encurta, o tempo se dilui: o ontem vira agora; o amanhã já está feito+. Se o que se busca para a educação contemporânea é uma gestão democrática, participativa, através de ações de todos os envolvidos no processo educacional, nas decisões de atividades a serem desenvolvidas, deve-se procurar instigar, em atitudes de criticidade, os pequeninos. Isso para que, delegando responsabilidades, oportunidades de decisões, atitudes críticas, os coloquemos como cidadãos capazes de transformar a sociedade em que vivem, pois serão eles os futuros gestores de nossa nação.

3. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A proposta de trabalho da equipe do CEMEI Santo Antônio se enquadra dentro da qualidade do ensino dos conteúdos curriculares, garantido ao aluno o acesso ao conhecimento vinculado ao pensar, ao fazer em todos os momentos do processo ensino- aprendizagem, desenvolvendo a sua capacidade reflexiva, analítica, crítica e ética. No entanto, o currículo não diz respeito apenas a uma relação de conteúdos, mas envolve também:

Questões de poder, tanto nas relações professor/aluno e administrador/professor, quanto em todas as relações que permeiam o cotidiano da escola e fora dela, ou seja, envolve relações de classes sociais (classe dominante/classe dominada) e questões raciais, étnicas e de gênero, não se restringindo a uma questão de conteúdos. (HORNBERG e SILVA, 2007, p.1)

Veiga (2002) complementa:

Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos

conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito. (VEIGA, 2002, p.7).

Moreira e Candau (2006, p. 86) definem currículo:

como as experiências que se desdobram em torno do conhecimento, em meio a relações sociais, e que contribuem para a construção de identidades de nossos(a) estudantes. Currículo associa-se, assim, ao conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com intenções educativas. (MOREIRA E CANDAU, 2006, p. 86).

Essas experiências, segundo Lima (2006), cumprem o objetivo antropológico de garantir a continuidade da espécie, socializando, para as novas gerações, as aquisições e invenções resultantes do desenvolvimento cultural da humanidade. A partir dessas discussões e definições, currículo na Educação Infantil pode ser conceituado como um conjunto de experiências culturais de cuidado e educação, relacionadas aos saberes e conhecimentos, intencionalmente selecionadas e organizadas pelos profissionais, para serem vivenciadas pelas crianças, na perspectiva de sua formação humana. É um dos elementos da Proposta Pedagógica, devendo ser norteado pelos pressupostos que a orientam e se articular com os demais elementos nela definidos.

As DCNEIs, em seu art. 3º, definem currículo da Educação Infantil como:

[...] um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade. (BRASIL, CNE/CEB, 2009, p. 1)

Assim, explicitar o currículo em uma Proposta Pedagógica de uma instituição de Educação Infantil representa apontar as experiências a serem trabalhadas com as crianças de 0 a 5 anos de idade, definindo seus objetivos, bem como organizando todos os saberes, conhecimentos, valores e práticas que possibilitam, ao mesmo tempo, o cuidar e o educar.

Seja qual for a escola, seja qual for a sociedade, uma coisa é certa: há um currículo definido para ser ensinado e que serve à sociedade no qual ele está inserido. Ou seja, a escola presta serviços à sociedade educando os seus cidadãos e entregando-os à sociedade para que, em contrapartida, a sociedade devolva para a escola o que ela precisa ensinar aos seus cidadãos. Portanto, no momento da organização do currículo escolar, devemos nos perguntar o que precisamos

ensinar aos nossos alunos de acordo com a nossa cultura. Isso nos faz concluir que nenhum currículo é neutro, ao contrário, está permeado de fatores sociais, políticos e econômicos.

Organizar um currículo é tarefa de toda a escola e não só do professor. É necessário que a escola fundamente o seu trabalho teoricamente e que construa um currículo adequado às condições afetivas, cognitivas e biológicas de cada grupo de alunos, pois, se ele for complexo demais, estaremos fabricando dificuldades de aprendizagem, mas se for aquém, estamos impedindo que ela se desenvolva. O modo como são organizados os conteúdos, giram em torno de temas integradores, datas comemorativas e projetos específicos, privilegiando, sempre, o contexto lúdico, reconhecendo as crianças como seres únicos e capazes, que aprendem a aprender, a fazer, a ser e a conviver consigo mesmos, com os outros e com o meio ambiente, de maneira integrada e gradual. Nesta perspectiva, as brincadeiras, espontâneas e dirigidas, o uso de materiais diversos, a música, o jogo, a dança, as diferentes formas de comunicação, de expressão, de criação e de movimento caracterizam as várias maneiras de estimular o desenvolvimento e as conquistas individuais e coletivas das crianças.

1 Ë MOVIMENTO:

O movimento humano é muito mais que o simples deslocamento do corpo no espaço, é uma forma de linguagem, da qual a criança age sobre o meio físico e atua sobre o ambiente que integra. As ações exploratórias através do movimento permitem que as crianças conheçam as funções, possibilidades e limitações, quanto as diferentes partes de seu corpo. Podemos assim, expressar e interagir com o meio, através das mímicas e dos gestos corporais. A aquisição da apreensão e locomoção representa importantes conquistas no plano da motricidade. Aquisição esta conquistada e aprimorada conforme as oportunidades que se oferecem à criança de explorar o espaço, manipular objetos, realizar atividades diversificadas e desafiadoras.

2 Ë MÚSICA:

A música é um meio de expressão, conhecimento e uma excelente estratégia para estimular e desenvolver o equilíbrio, a percepção auditiva, a autoestima e a socialização. A escuta de diferentes sons produzidos por brinquedos

sonoros, instrumentos musicais e sons do próprio ambiente é fonte de observação e descobertas, que provocam as mais diversas reações: atenção, tranquilidade ou agitação.

3 É ARTES VISUAIS:

As Artes Visuais, tais como a música, são formas de expressão e linguagem que devem ser trabalhadas e estimuladas nas crianças desde o nascimento, possibilitando à criança desenvolver a imaginação criadora, a sensibilidade, a percepção visual, a cognição, além de ter um papel fundamental no processo de alfabetização da criança. Quando bem estimulada, dentro das possibilidades e limites da criança, no primeiro ano de vida ela já é capaz de produzir seus primeiros traços gráficos. A conhecida fase das garatujas.

4 É LINGUAGEM ORAL E ESCRITA:

O trabalho com Linguagem Oral e Escrita constitui um dos eixos básicos da Educação Infantil, devido à sua importância na formação do sujeito, na socialização da criança com as pessoas e com o meio, na orientação de suas ações, na construção do conhecimento. A escola, ao desenvolver um trabalho através de experiências significativas, proporciona, ao aluno, estímulo e o desenvolvimento gradativo das capacidades associadas às quatro competências básicas: falar, escutar, ler e escrever.

5 É NATUREZA E SOCIEDADE:

É importante que, desde cedo, a criança conviva, na escola, com diferentes informações sobre diferentes conteúdos que compõem o universo de conhecimentos construídos pelos homens, em sociedade. Dentre eles, estão aqueles organizados pelas Ciências Sociais e Ciências Naturais. São muitos os temas interessantes para as crianças como animais, natureza, lugares, fenômenos da natureza e tudo que se relaciona à sociedade e à natureza.

6 É MATEMÁTICA:

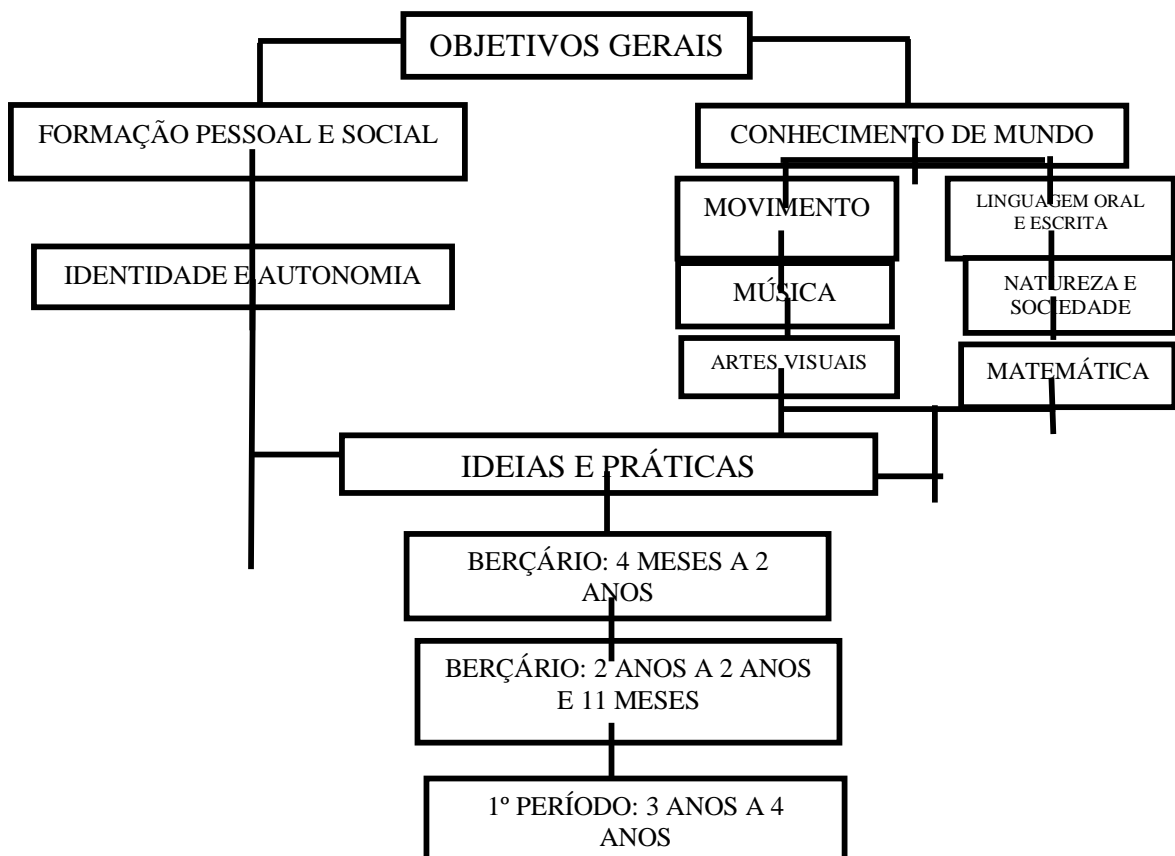
A Matemática está presente no universo infantil em diversas situações, nas quais envolvem números, noções de quantidade, de espaço e outros. Ao se trabalhar com o conhecimento matemático, na Educação Infantil, de maneira lúdica e contextualizada, a criança tem a possibilidade de desenvolver sua capacidade de generalizar, analisar, sintetizar, inferir, formular hipóteses, deduzir, refletir,

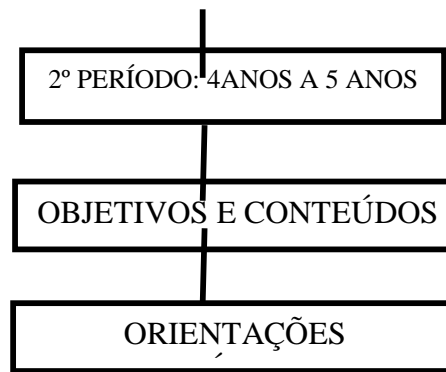
argumentar e compreender as características e propriedades dos objetos. No entanto, é preciso que o professor faça adequações de dadas situações do cotidiano, em situações de aprendizagem, formulando perguntas, suscitando desafios e incentivando a verbalização, pela criança, para que ela possa elaborar seu conhecimento matemático, gradativamente.

7 É IDENTIDADE E AUTONOMIA:

Este eixo está relacionado aos processos de socialização e construção de identidade. Por isso, as instituições de Educação Infantil precisam oferecer à criança um ambiente que ofereça a oportunidade de relacionar com outras crianças de diferentes origens culturais, sociais, religiosas, etnias, costumes e valores. A criança constrói sua identidade de uma forma continuada, quando em contato com os pares. A maneira pela qual a criança é vista pelo professor/educador e pelo grupo, influencia em sua formação, na formação de sua personalidade e de sua autoestima, já que sua identidade está em construção.

A proposta de trabalho se enquadra dentro da qualidade do ensino aos conteúdos curriculares, garantido ao aluno o acesso ao conhecimento vinculado ao pensar, ao fazer em todos os momentos do processo ensino aprendizagem, desenvolvendo a sua capacidade reflexiva, analítica, crítica e ética como mostra o organograma abaixo:





4. TEMPO E ESPAÇO ESCOLARES

A sociedade contemporânea, atualmente, vive uma de suas mais profundas crises sócio culturais, fundamentada na base da nova família+em que está inserida, trazendo, consigo, um legado aturdido de novos valores, ajustados aos desejos da sociedade capitalista, competitiva, onde impera a lei do ter e não a lei do ser.

Perrotti (1990), afirma que:

[...] o confinamento da infância ocasionou-lhe sérios problemas sócio-político-culturais. A cultura produzida pela infância livremente nos espaços públicos foi progressivamente sendo assimilada pelos espaços privados à medida que a urbanização e a vida burguesa avançavam.[...] Sem poder brincar livremente pela cidade, a criança perde não apenas o espaço físico, mas sobretudo altera estruturalmente suas condições de produzir e de se relacionar com a cultura, com a sociedade, com a vida política. (PERROTTI, 1990, p.92, grifo nosso)

Repensar o tempo e espaço escolar, mediante atuais propostas educacionais é um momento único, importante, em que devemos considerar toda uma trajetória da humanidade e suas conquistas, em pouco tempo. Os atuais conceitos são legados de importantes debates para a educação. Não podemos voltar ao passado e remendá-lo, logo, concluímos que, o que importa são os acontecimentos que estão no presente, para analisar, repensar, mudar e transformar o que se fizer necessário.

Historicamente, podemos perceber que o tempo e o espaço escolar sofrem alterações com a cultura e seu contexto, assim cada geração adota postura diferente, resultado da ação educativa da época.

Atualmente, a pauta e a grande reivindicação são para que ocorra uma educação de inclusão, não apenas no PPP, no Regimento escolar, no currículo, mas que respeite, realmente, o tempo de cada criança para aprender a aprender. Cada criança tem seu próprio tempo, para apreciar, observar, concluir seu pensamento, para que aconteça de maneira prazerosa, garantindo um direito explícito na Constituição. Compete ao CEMEI organizar situações agradáveis, possibilidades de criar, expressar, comunicar, trabalhar em grupo, de ter iniciativa em buscar soluções e resolver, de modo saudável, conflitos gerados pelas brincadeiras, assegurando a compreensão e construindo relações sobre si mesmas.

Segundo Horn; Barbosa (2001):

Organizar o cotidiano das crianças da Educação Infantil pressupõe pensar que o estabelecimento de uma sequência básica de atividades diárias é, antes de mais nada, o resultado da leitura que fazemos do nosso grupo de crianças, a partir, principalmente, de suas necessidades. É importante que educador observe o que as crianças brincam, como estas brincadeiras se desenvolvem, o que mais gostam de fazer, em que espaços preferem ficar, o que lhes chama mais atenção, em que momentos do dia estão mais tranquilos ou mais agitados. Este conhecimento é fundamental para que a estruturação espaço-temporal tenha significado. Ao lado disto também é importante considerar o contexto sociocultural no qual se insere e a proposta pedagógica da instituição, que deverão lhe dar suporte. (BARBOSA; HORN, 2001, p. 67),

Ao organizar o tempo e espaço escolar para as crianças, compete ao educador fazer um ajuste de seu espaço, oferecendo situações diversificadas, com o objetivo de: proporcionar à clientela uma aprendizagem significativa, provocando a ampliação de seus saberes ou significações. Atividades que demandam mais tempo/espaço onde o professor tem o cuidado de organizar as vivências propostas e a mesmas serem alcançadas, gerando novas formas de interagir, novos aprendizados.

O CEMEI Santo Antônio foi reformado, recentemente, para atender melhor e adequar seu espaço físico às crianças. O critério para a enturmação dos alunos leva em consideração sua faixa etária, começando pelos berçários I, II, III, com turmas de 18 alunos, que são recebidos pelo educador com título de Magistério. O mesmo critério é adotado para as turmas de Maternal I, II, III, que tem, em média, 23 a 25 alunos, um professor regente formado em Pedagogia e um professor educador com título de Magistério.

O Especialista em Educação orienta o professor regente e o educador, ambos desenvolvem trabalhos diferenciados, priorizando o bem estar do educando, uma vez que, para algumas crianças a carga horária no CEMEI, é de 12 horas. O Planejamento e a grade curricular foram aprovados pela Superintendência local e todos os trabalhos, atividades são estruturadas atendendo a cada sala. Nas reuniões de planejamento, os professores regentes e o educador pontuam itens que devem ser revistos, dando seu aval para prosseguir com os conteúdos do planejamento, visto que sua turma já sinalizou que está pronta para encarar novos aprendizados. Compete à Especialista a elaboração do horário para que todas as turmas façam uso do pátio, parquinho, faz de conta, biblioteca. A lousa interativa é uma novidade esse ano. Foi estipulado um horário para que os alunos a usem,

sendo uma ferramenta de última geração, conectada á internet, viabilizando o trabalho do professor, com rodas de leitura, vídeos informativos, além das aulas que a mesma já tem à disposição do professor, que as planeja e executa, em sala.

O trabalho com psicomotricidade é prioridade no CEMEI, com um módulo de trinta minutos, o professor regente, juntamente com a Especialista, monta o Circuito Motor para que as crianças, uma a uma, passem pelo mesmo. O CEMEI Santo Antônio segue o mesmo calendário escolar do município, evitando transtornos com pais/responsáveis que, muitas vezes, tem um filho no CEMEI e outro na rede municipal. O calendário escolar é composto por 200 dias letivos. Em relação á carga horária, são 4 horas-aula e vinte minutos no maternal I, II, III, que compreende o horário de 7 horas às 11 horas e vinte minutos. Neste horário, os alunos são de responsabilidade do professor regente. O restante do dia compete ao educador que, por sua vez, executa atividades diferentes do professor, evitando a monotonia.

Respeitar o tempo de aprendizagem de cada um, suas limitações e vibrar com seus pequenos avanços é o maior desafio do CEMEI Santo Antônio que, através de cursos de formação, atualiza todos os envolvidos no processo de educação, que inicia-se no berçário.

As crianças do CEMEI Santo Antônio chegam às seis horas e saem às 18 horas. São doze horas dentro da instituição. A instituição conta com o professor recuperador. Sua função é desenvolver atividades na tentativa de sanar a defasagem de aprendizagem do aluno. Esta experiência é muito válida, uma vez que muitas crianças não tem auxílio em casa, logo o papel do professor recuperador é, grande parte das vezes, orientá-lo no dever de casa.

O grande paradigma da educação, que vem se arrastando ao longo dos anos, é aceitar que a educação ultrapassa as paredes da sala de aula, os muros de um CEMEI ou escola. Estar atento ao ambiente socioeconômico, cultural de nossa clientela diminui nossa frustração, além de nos mostrar um caminho onde tempo e espaço escolar possam encontrar um denominador comum: Atender aos anseios dos educandos, sem ferir a expectativa do professor.

A responsabilidade de um professor de Educação Infantil é grande, uma vez que a infância é um tempo onde a memória registra e capta as mais sensíveis experiências, felizes ou infelizes. Memórias que farão parte de sua história de vida, de maneira positiva ou negativa.

O tempo, na instituição educativa, deve ser rico em oportunidades, aproveitando, plenamente, todas as experiências vivenciadas pela criança, além de proporcionar, às mesmas, novas aprendizagens, descobertas, respeitando a faixa etária de cada um e o seu tempo para aprender. O grande desafio consiste em ajustar tempo, espaço escolar, atendo à demanda do currículo escolar, a regularidade das atividades e a apropriação do conhecimento pelas crianças.

Para Camargo (2008):

Os espaços de nossa infância nos marcam profundamente. Sejam eles berço, casa, rua, praça, creche, escola, cidade, país, sejam eles bonitos ou feios, confortáveis ou não, o fato é que influenciam definitivamente nossa maneira de vermos o mundo e de nos relacionarmos com ele. (CAMARGO, 2008, p. 45).

5. PROCESSO DE DECISÃO

É uma gestão democrática, compartilhada em diversos âmbitos da organização escolar, favorável ao trabalho educacional, que valoriza os diferentes talentos e faz com que todos compreendam seu papel na organização e assumam novas responsabilidades, que contribui para a construção de uma política pedagógica favorável à aquisição de aprendizagens significativas.

Para tal, não só a direção/administração que decide, opina, e sim, a escola como um todo. As decisões são coletivas, planejadas, reestruturadas, avaliadas, uma vez que a escola se constrói na sua relação com a sociedade, sendo um reflexo das necessidades socioculturais de cada época.

O processo de decisão é uma tarefa que compete ao corpo docente, gestor educacional, comunidade escolar, para resolver uma situação problema e obter resultado positivo. Somente saber o que se quer não é suficiente para que o processo de decisão seja o acertado. Fatores como: analisar, priorizar, avaliar, planejar e prever a curto, médio, longo prazo, a repercussão do mesmo.

No âmbito educacional, todo processo de decisão deve estar ligado a fatores internos e externos, gerando, por conseguinte, uma ação que se espera que seja positiva para a escola. É de competência do gestor, organizar, por níveis de importância dentro da instituição, os problemas de soluções graves, pouco importantes, não importantes, traçar as metas para que a situação problema seja resolvida satisfatoriamente, uma vez que uma das partes deverá fazer escolhas, ceder um pouco, encontrando o melhor caminho para todos.

Sabemos que o processo de decisão educacional brasileiro precisa, urgentemente, tomar decisões sérias para que o gestor educacional possa exercer, de fato, e fazer valer sua decisão, que na maioria das vezes se perde em termos burocráticos, fato que vivenciamos, rotineiramente.

O Colegiado Escolar, peça fundamental para acompanhar os trabalhos do gestor educacional, é eleito pela comunidade escolar, composto por um representante de cada seguimento: Seguimento, de professores, auxiliares de serviços gerais, secretaria, pais/responsáveis, especialista em educação. Uma vez escolhido lavrado em ata, o mesmo toma posse, recebe orientações e participa de maneira eficaz de todas as decisões, acontecimentos dentro da instituição, ora festivos, ora muito delicados.

A presença do Colegiado Escolar, se dá no momento da tomada de decisão, em que questões importantíssimas são analisadas, rigorosamente, embasados na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no Projeto Político Pedagógico, no Regimento Escolar, sem ferir a nenhum, no quesito dever/direito do aluno.

Atualmente, o gestor educacional exerce, na maioria das vezes, o processo de decisão, que vá satisfazer e atender à política educacional vigente. Ele abre mão de um processo de decisão criativo, elaborado pela comunidade escolar, com a participação do corpo docente e discente que sabe e conhece a realidade atual da escola. Mas, na hora de executar o gestor educacional não é autônomo o suficiente para fazer valer sua posição e de toda a comunidade escolar, gerando frustração a todos.

A oscilação entre a política educacional e a realidade educacional vivenciada por gestores torna seu processo de decisão uma tarefa árdua, doída, frustrante. Urge-se uma reforma na política educacional brasileira, rompendo as barreiras da burocracia, diminuindo planilhas, ofícios, protocolos, que impedem, na verdade, o verdadeiro trabalho do gestor educacional: tomar decisões acertadas, para que sua escola seja a melhor escola.

Para Oliveira (2004):

nada mais é do que a conversão das informações em ação, assim sendo, decisão é a ação tomada com base na apreciação de informações. Decidir é recomendar entre vários caminhos alternativos que levam a determinado resultado. (OLIVEIRA, 2004).

Segundo Chiavenato (1997):

as decisões possuem fundamentalmente seis elementos: 1. Tomador de decisão . pessoa que faz a seleção entre várias alternativas de atuação. 2. Objetivos . propósito ou finalidade que o tomador de decisão almeja alcançar com sua ação. 3. Preferências . critérios com juízo de valor do tomador de decisão que vai distinguir a escolha. 4. Estratégia . direção ou caminho que o tomador de decisão sugere para melhor atingir os objetivos e que depende dos recursos que se dispõe. 5. Situação: aspectos ambientais dos quais vela-se o tomador de decisão, muitos dos quais fora do controle, conhecimento ou compreensão e que afetam a opção. 6. Resultado: é a decorrência ou resultante de uma dada estratégia definida pelo decisor. (CHIAVENATO, 1997, p. 710)

Tanto o gestor escolar, quanto o funcionário, é responsável pelas decisões que são cabíveis. Situação adversa, porque quem, na verdade, define o processo de decisão, não convive, realmente, com a realidade verdadeira da instituição e o seu processo de decisão não se adéqua àquela realidade.

Para o planejamento e execuções de ações que utilizem verbas públicas, deverá haver um diálogo entre as diversas instâncias vinculadas ao sistema,

utilizando-se de uma linguagem única, que possibilite, a cada segmento, se expressar, planejando, executando e fiscalizando o direcionamento das verbas oriundas do poder público, constituindo-se os Conselhos Escolares, hora instituídos pelos representantes da comunidade escolar.

Somente com uma autonomia financeira, administrativa e pedagógica, a instituição escolar será capaz de elaborar planos de ações, tendo conhecimentos sobre fiscalização e procedimentos estabelecidos por lei, para a devida aplicação e respectiva prestação de contas.

Dourado (2006, p. 75-76), afirma que: Ao buscar o fortalecimento dos Conselhos Escolares, por meio da efetivação de uma gestão financeira participativa e transparente, visa contribuir com a progressiva autonomia das unidades escolares e, desse modo, fortalecer o papel da escola pública e gratuita no Brasil na oferta da educação básica de qualidade.

De acordo com Dourado (2006):

Os Conselhos Escolares adquirem também a função de planejamento, acompanhamento e fiscalização da execução dos projetos da escola e de onde e como se gastam as verbas que ela recebe, ou seja, torna-se um órgão fundamental de controle social das verbas públicas destinadas à educação. (DOURADO, 2006, p. 81).

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

A discrepância entre as teorias pedagógica e o fazer propriamente dito da mesma desencadeou, nos primórdios do século XXI, uma crise nas relações de trabalho, advinda da instabilidade das políticas educacionais vivenciadas por todos: gestor escolar, corpo docente, discente, comunidade escolar. Viabilizar e estreitar as relações de trabalho é o caminho mais seguro e saudável para garantir a saúde física e mental dos profissionais da área educacional.

Respeitar a diversidade, a cultura do outro, o tempo e o espaço escolar do discente com deficiências intelectuais, físicas, motoras, é o grande desafio para a instituição escolar. O processo de inclusão é um direito garantido por lei, mas verdadeiramente as instituições não estão preparadas e tampouco os professores. Gestores escolares vivem o dilema: como tratar pessoas com deficiência e, em especial, as com deficiência intelectual.

Garantir o aprendizado e sua permanência na escola, com prazer, requer uma estreita relação de afetividade, conquista diária, aprendizagem significativa.

Sasaki (1997) nos aponta: %o..) a celebração das diferenças; o direito de pertencer; a valorização da diversidade humana; a solidariedade humanitária; a igual importância das minorias; e cidadania com qualidade de vida+.

Princípios que devem servir para nos impulsionar e motivar para alcançar nossos objetivos e ideais inclusivos. Mas há controvérsias, quanto à teoria e prática, a falta de informação e formação do docente, contribui de maneira significativa.

Capacitar todos profissionais da instituição, seria o primeiro passo para evitar a frustração do professor que, por sua vez, não vê seu trabalho realizado satisfatoriamente.

Para Santos (2005), entre essas ações:

Merecem destaque a Declaração Universal dos Direitos Humanos, referência na luta pela igualdade de direitos de todos, a Convenção relativa dos Direitos das Crianças em vigor desde 1990, e a Declaração de Salamanca em 1994 que proclama a %inclusão das crianças, deficientes como direito do cidadão, o direito de ser diferente e ter uma educação de qualidade+ SANTOS, Maria Sirley dos. (SANTOS, 2005, p. 21).

Na Declaração Mundial de Educação para Todos, para Santos (2005), entre essas ações:

[...] particularmente, coloca em questão os processos escolares tradicionais, intensificando as reflexões em torno de como operacionalizar o princípio democrático de Educação para Todos, por meio de modernização de recursos, do acesso à aprendizagem de todos os alunos, do aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão educacional e da prática pedagógica dos professores. SANTOS, Maria Sirley dos. (SANTOS, 2005, p. 28).

As políticas educacionais fundamentadas nos princípios da democracia e no reconhecimento do Direito de Todos a uma Educação de Qualidade, em que a escola pública seja um local de produção de conhecimentos, de espaços acolhedores e de respeito às potencialidades de cada um, realmente as políticas educacionais o fazem, mas comprometem a produção de conhecimento e o respeito às potencialidades de cada um, começando pelo professor, que não foi capacitado, orientado para trabalhar com o discente incluso. Por conseguinte, a armadilha comportamental se solidifica, com a má comunicação entre docente, discente, estarrece a afetividade por não saber compreender as limitações do docente/discente. Com o confronto emocional estabelecido, logo o docente compromete sua saúde física, mental, psicológica. A formação dos profissionais é meta primordial a ser traçada pelas políticas educacionais, proporcionando ao professor uma nova visão de escola. Consciente dessa nova visão, sua prática pedagógica será responsável, consciente, com embasamento teórico, formação contínua sobre o desenvolvimento humano e o cumprimento dos direitos humanos universais. Consciente e ciente do seu papel de professor, que nesta perspectiva torna-se um professor mediador e pesquisador do conhecimento, aceita a diversidade e a pluralidade, torna-se um aprendiz e vibra com cada conquista de cada aluno.

Segundo Reis (2014, p. 01): %hoje o que determina a qualidade da vida profissional e o alcance de resultados não são as competências técnicas e, sim, habilidades de relacionamentos.+

As relações de trabalho estabelecidas no CEMEI Santo Antônio estão de acordo com as funções que cada funcionário desempenha. O quesito respeitado é o nível de formação acadêmica, correspondente à função a ser desempenhada.

Todos os funcionários da instituição ocupam seus cargos, depois de concursados, e a documentação é conferida, minuciosamente. Professores e educadores com documentação irregular são comunicados, tem um determinado tempo para regularizar sua situação, seja na formação e/ou regulamentação de

documentos. Atualmente, todos os profissionais do CEMEI Santo Antônio estão cursando Pedagogia a distância ou Curso de Magistério, para futuros educadores da Educação Infantil.

O CEMEI Santo Antônio se propõe a avaliar, constantemente, o trabalho da equipe. A avaliação processual acontece diariamente, não se concentra, apenas, no cognitivo, respeita a individualidade, visando o crescimento pessoal da criança, com foco nos deveres de casa, participação, frequência e bagagem de conhecimentos da criança.

Avaliar a ação de toda a equipe técnica, administrativa e pedagógica, é o que fortalece os relacionamentos, buscando uma ação transformadora dentro do centro educacional, utilizando dos recursos pedagógicos de que dispões, revendo o processo, buscando aprimorar sempre.

7. AVALIAÇÃO:

A avaliação, na Educação Infantil, em acordo com a LDB, na Seção II, Art. 31, ~~far-se-á~~ mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental+. (BRASIL, 1996, p. 21-22).

Analisando o texto da Lei, compreende-se que esta avaliação deve ter, portanto, a finalidade de acompanhar o desenvolvimento da criança, através de observações, reflexões constantes e registros do professor sobre as diferentes manifestações de conquistas, dificuldades e possibilidades. Através da avaliação é possível, ao professor, dispor dos principais elementos para as correções no processo educativo, planejando e direcionando o trabalho pedagógico, compartilhado por todas as pessoas responsáveis pela criança (escola e família).

Conforme Fernandes (2007):

A avaliação é uma atividade orientada para o futuro. Avalia-se para tentar manter ou melhorar nossa atuação futura. Essa é a base da distinção entre medir e avaliar. Medir refere-se ao presente e ao passado e visa obter informações a respeito do progresso efetuado pelos estudantes. Avaliar refere-se à reflexão sobre as informações obtidas com vistas a planejar o futuro. Portanto, **medir não é avaliar**, ainda que o medir faça parte do processo de avaliação. (FERNANDES, 2007, p. 19).

Partindo deste pressuposto, Penna (2009) coloca que a avaliação é realizada através:

- Da observação e acompanhamento, ou seja, o ato de observar contribui tanto para que o professor possa perceber a singularidade e a integralidade das crianças, quanto para que possa realizar propostas de trabalho de acordo com suas necessidades. Enquanto as crianças realizam as atividades, o professor encoraja a livre expressão, criando oportunidades, permitindo-lhes conhecer melhor os seus interesses e compreender os processos de aprendizagem.
- De fichas individuais para o registro do desenvolvimento de cada criança, a fim de construir um entendimento, que possa ser compartilhado com seus pares, outros profissionais e com os pais. Por isso, quando se avalia desta forma, tem que se ter em mente que várias pessoas poderão ler a que servirá a vários propósitos.
- De relatórios contendo as falas das crianças: é preciso considerar, nos processos avaliativos das crianças pequenas, aquilo que elas apontam, ou seja, é preciso considerá-las também como sujeitos do processo, que contribuem através de participações, falas, conclusões, sugestões e socializações, as quais precisam ser descritas e salientadas para serem compartilhadas com os pais e equipe. (PENNA, 2009, p. 01)

De acordo com o que relata Fernandes (2007):

O professor, trabalhando na perspectiva da avaliação formativa, não está preocupado no dia-a-dia em atribuir notas aos estudantes, mas em observar e registrar seus percursos durante as aulas, a fim de analisar as possibilidades de aprendizagem de cada um e do grupo como um todo. Pode, dessa forma, planejar e replanejar os processos de ensino, bem como pode planejar as possibilidades de intervenção junto às aprendizagens de seus estudantes. (FERNANDES, 2007, p. 30).

Hoffmann (2012), conclui que:

Acompanhar a criança em seu desenvolvimento exige um olhar teórico-reflexivo sobre seu contexto sociocultural e manifestações decorrentes do caráter evolutivo do seu pensamento. Significa respeitá-la em sua individualidade e em suas sucessivas e gradativas conquistas de conhecimentos em todas as áreas. (HOFFMANN, 2012, p. 09).

AValiação INSTITUCIONAL:

Para Gadotti (apud FERREIRA, s d, p. 01), a avaliação é um tema que qualifica a educação, como também, os serviços prestados pela instituição.

Assim relata Ferreira, (s d):

A avaliação da aprendizagem não pode ser separada de uma necessária avaliação institucional, mesmo que elas sejam de natureza diferente: enquanto esta diz respeito à instituição, aquela se refere mais especificamente ao rendimento escolar do aluno. São distintas, mas inseparáveis. O rendimento do aluno depende muito das condições institucionais e do projeto político pedagógico. (FERREIRA, s d, p. 01).

A avaliação é um instrumento, que possibilita conhecer a viabilidade de programas e projetos, podendo ser utilizada, também, para o redirecionamento de objetivos, quando necessário, ou para a reformulação de propostas e atividades.

Ela se revela como um importante mecanismo de gestão, uma vez que fornece informações e subsídios para tomada de decisão dos gestores, formuladores e implementadores de programas.

Avaliar é saber ler e interpretar os comportamentos das crianças e, assim, melhor estabelecer as orientações da programação educativa. A avaliação é ato de conhecimento e de reconhecimento de valores e tem com base a subjetividade. Portanto, não existe uma única forma de avaliar.

Para que a avaliação se torne acreditável o máximo possível, pode-se definir alguns critérios: autoconsciência, saber ouvir o outro, observar, solicitar a

colaboração da criança, deixar claro as intenções, estar atento sobre o perigo dos instrumentos e o equívoco das mensurações.

Uma interessante sugestão é construir um fascículo histórico pessoal de cada criança, uma linha documentada do percurso seguido pela criança na formação de sua identidade pessoal e cultural, um retrato da sua qualidade, das suas competências e das suas potencialidades.

ATUAÇÃO DO PROFESSOR/EDUCADOR NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

O professor motivado, entusiasta, com autoconceito positivo, tem em mente que ao avaliar seu aluno, também estará avaliando seu trabalho. Aceitar que cada aluno é único, ímpar, e por si só, estabelece suas conexões de aprendizagem, organiza e reorganiza a estrutura do raciocínio lógico de diversas maneiras; é o primeiro aprendizado do professor. Transformará sua sala de aula em um laboratório de aprendizagens múltiplas, lugar onde professor e aluno são sujeitos do processo educativo, construindo e reconstruindo seu conhecimento. Suas aulas serão elaboradas com significados que transcendem as paredes de uma sala de aula, seus alunos serão questionadores, criativos, investigadores. Portanto, professores e alunos, engajados em um mesmo raciocínio, com os mesmos desejos de aprendizagem, tornar-se-ão cúmplices do aprender a aprender.

A avaliação, na Educação Infantil, é realizada através de estratégias previstas na Proposta Política Pedagógica, que permitam o acompanhamento e o registro das etapas alcançadas nos cuidados e na educação das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Percebemos, com a elaboração da proposta pedagógica do Centro Municipal de Educação Infantil Santo Antônio, que este documento é essencial para nortear os trabalhos, sendo a base para todas as decisões, diante da demanda e necessidades da instituição.

Segundo Kramer (1999, apud BRASIL, 2006):

Uma proposta pedagógica é um caminho, não é um lugar. Uma proposta pedagógica é construída no caminho, no caminhar. Toda proposta pedagógica tem uma história que precisa ser contada. Toda proposta pedagógica possui uma aposta. Nasce de uma realidade que pergunta e é também busca de uma resposta. Toda proposta é situada, traz consigo o lugar de onde fala e a gama de valores que a constitui. Traz também as dificuldades que enfrenta os problemas que precisam ser superados e a direção que a orienta. E essa sua fala é a fala do desejo (...) nunca uma fala acabada, não aponta o lugar, a resposta, pois, se traz a resposta, já não é uma pergunta. Aponta isso sim, um caminho também a construir. (apud BRASIL, 2006, p. 12).

O caminho é conhecer a realidade do aluno, seus problemas e dificuldades, cultura e valores. Isto exige do gestor novas competências e aptidões cognitivas- atitudinais para que ele possa cumprir sua função nesta nova realidade socioeducativa, recriando e reinventando novas práticas, inovando e reestruturando o trabalho em equipe, tornando a escola autônoma-cidadã e co-responsavelmente assumida, isto é, democraticamente gerida.

Campos (2009, p. 07), ressalta que: "Atingir, concreta e objetivamente um patamar mínimo de qualidade que respeite a dignidade e os direitos básicos das crianças, nas instituições onde muitas delas vivem a maior parte de sua infância, nos parece, nesse momento, o objetivo mais urgente".

Concluindo, Brasil (2006):

A proposta pedagógica é a identidade de uma instituição educativa, no nosso caso, de uma instituição de Educação Infantil. Se você preferir, pode dizer que a proposta pedagógica é a "cara" de uma determinada creche ou pré-escola. É a "cara" de seus (suas) educadores (as), das crianças e famílias que a frequentam. Ela revela seu contexto, sua história, seus sonhos, seus desejos, suas crenças, seus valores, suas concepções e, a partir disso, os princípios e as diretrizes que orientam sua ação de educar as crianças e cuidar delas. Revela suas formas de organização, planejamento, avaliação, suas articulações, suas dificuldades, seus problemas e a forma de superá-los. Uma vez que o processo de constituição de identidades é dinâmico, a proposta pedagógica de uma instituição está sempre num movimento de construção e reconstrução. (BRASIL, 2006, p. 13).

A Proposta Política Pedagógica é indispensável para a construção coletiva de uma educação de qualidade.

É necessário um planejamento, com propostas definidas, formando um elo entre: direção, funcionários, pais e alunos.

Com a elaboração coletiva do PPP, o CEMEI passa a ter uma visão de ações educativas que deseja realizar para alcançar seus objetivos, voltados para uma educação de qualidade.

É na Proposta Pedagógica que a instituição caracteriza seu perfil, ao delinear sua filosofia. Tal proposta confere à escola a sua identidade. Trata-se do seu verdadeiro retrato, pois expressará a sua fundamentação filosófica, política e pedagógica, ou seja, o processo educativo em todas as suas dimensões e como pretende desenvolvê-lo.

Diante da importância e necessidade de buscar uma educação de qualidade, o CEMEI Santo Antônio, viabiliza um processo de educação vivenciada na primeira etapa da Educação Básica, evitando uma ruptura na formação integral da criança e sendo esta a finalidade em seu aspecto físico, psicológico, intelectual, afetivo e social, complementando a ação de cuidar e educar e enriquecendo seu viver.

REFERÊNCIAS:

BARBOSA, M. C. S.; HORN, M. G. S. **Organização do espaço e do tempo na escola infantil**. In: CRAIDY, C.; KAERCHER, G. E. Educação Infantil: Pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001, p. 67-79.

BRASIL. Coleção PROINFANTIL. Unidade 4. Livro de estudo: Módulo III. Karina Rizek Lopes, Roseana Pereira Mendes, Vitória Líbia Barreto de Faria, organizadoras. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação a Distância. Brasília. MEC. 2006. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012771.pdf>>. Acesso em: 05 Agos. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília. MEC/SEB. 2010, p. 16.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros básicos de infra-estrutura para instituições de educação infantil**. Brasília. MEC/SEB.(2006, p. 36-37). Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?d=5370&advanced=0&paging=&page=0>>. Acesso em: 15 Jul. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. MEC. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, 2001.

_____. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Infantil e Fundamental. **Padrões de infra-estrutura para o espaço físico destinado à educação infantil**. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Grupo Ambiente Educação (GAE/PROARQ/FAU/UFRJ). Documento elaborado por AZEVEDO, G. A. N.; BASTOS, L. E. G; RHEINGANTZ, P. A.; VASCONCELLOS, V. M. R.; AQUINO, L. M. L. Rio de Janeiro, junho de 2004. p. 15-16. Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?d=5370&advanced=0&paging=&page=0>>. Acesso em: 15 Jul. 2014.

CAIO EDUARDO, Ribeiro de Araújo. **Vida Cotidiana. Fatos Convencionais**. 2 ed. Brasília: Cotidiano, 2014 .

CAMPOS. Maria Malta; ROSEMBERG, Fúlvia. **Crítérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. 6.ed. Brasília. MEC. SEB. 2009.

Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/direitosfundamentais.pdf>>. Acesso em: 05 Agosto, 2014.

CAMARGO, P. **Desencontros entre Arquitetura e Pedagogia**. Revista Pátio Educação Infantil, Porto Alegre. Ano VI. n. 18. P. 44-47. Nov. 2008.

CAVALIERE, Ana Maria. *Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública*. Educação & Sociedade, vol. 28, n.º 100 - Especial, p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1828100.pdf>

CHIAVENATO, Idalberto Manole. **Administração de Recursos Humanos** - 7ª Ed. 2008.

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. **Conselhos de Classe e Avaliação**: Perspectivas na gestão pedagógica da escola. 3ª Ed. Campinas. São Paulo. Papyrus Editora. 2004. Disponível em: <books.google.com.br/books?isbn=8530807340>. Acesso em: 03 Jul. 2014.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Conselho Escolar e financiamento da educação no Brasil**. Brasília. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. 2006.

Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/cad%207.pdf>>. Acesso em: 29 Agos. 2014.

FARIA, Vitória. SALLES, Fátima. **Currículo na Educação Infantil**: diálogo com os demais elementos da Proposta Pedagógica. 2.ed., [ver. e ampl.]. São Paulo: Ática. 2012, p. 38.

FERNANDES, Cláudia de Oliveira. **Indagações sobre currículo** : currículo e avaliação / [Cláudia de Oliveira Fernandes, Luiz Carlos de Freitas] ; organização do documento JeaneteBeauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. . Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=17216>>. Acesso em: 01 Agos. 2014.

FERREIRA, Isaac. **Projeto Político Pedagógico**. Portal da Educação. Secretaria Estadual de Educação. Estado de Santa Catarina. 2009. Disponível em: <<http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/ppp>>. Acesso em: 12 Jul. 2014.

FERREIRA, Renata delbiancoRitzdorf. **Avaliação Educacional e Projeto Político pedagógico**. Disponível em: <<http://meuartigo.brasilecola.com/educacao/avaliacao-educacional-projeto-politico-pedagogico.htm>>. Acesso em 01 Agos. 2014.

FOGAÇA, Jennifer. **Currículo no contexto escolar**. Disponível em: <<http://educador.brasilecola.com/orientacao-escolar/curriculo-no-contexto-escolar.htm>>. Acesso em 22 Jul. 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberesnecessários à prática educativa. 25ª. ed.São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em: <<http://files.pedagogiaunaes2010.webnode.com/200000237d3817d47b9/Pedagogiad aAutonomia.Freire.pdf>>. Acesso: em 30 Jun. 2014.

FREITAS, Francisca. **A tomada de decisões**. Disponível em: <<http://www.coladaweb.com/administracao/a-tomada-de-decisoes>>. Acesso em: 31 Jul. 2014.

FREITAS, Luiz Carlos de. **CICLO OU SÉRIES?O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espacos da escola?** GT 13 - 27ª Reunião Anual da ANPEd. 2004. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em 19 Agos. 2014.

GUIMARÃES, Giselle Maria Brasileiro. **Educação do futuro para o futuro do seu filho**. 2012. Disponível em <<http://escolavirtualcesg2012.blogspot.com.br/2012/04/bom-dia-amores-da-vida-de-alguem.html>>. Acesso em: 22 Jul. 2014.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação e Educação Infantil: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. 18.ed. Porto Alegre. Editora Mediação. 2012.

HORN, M. G. S. **Sabores, cores, sons, aromas**. A organização dos espaços na Educação Infantil. Porto Alegre. Artmed. 2004.

KALOUSTIAN, Sílvio (org.); MASAGÃO, Vera. **Indicadores da qualidade na educação** - Versão adaptada para o programa Escola de Gestores da Educação Básica - Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005. 60 p. Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=15519>>. Acesso em: 03 Jul. 2014.

NONO, MaéviAnabel. **Organização do Tempo e do Espaço na Educação infantil**. Pesquisas e Práticas. UNESP. São Paulo. s. d. Disponível em: <<http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/297/1/01d13t08.pdf>>. Acesso em: 19 Ago. 2014.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Estratégia empresarial**. São Paulo: Editora Atlas, 1988.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola**. Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/texto2_joao.pdf> Acesso em: 28 Mai.2014 e 20 Jun. 2014.

PENNA, Paula. **Portfólios**. uma nova experiência em avaliação. 2009. Disponível em: <<http://penninha.blogspot.com.br/2009/10/portfolios-uma-nova-experiencia-em.html>>. Acesso em: 01 Ago. 2014.

REIS, Homero. **Os comportamentos que minam qualquer relação de trabalho**. Disponível em: <exame.abril.com.br/carreira/noticias/os-comportamentos-que-minam-qualquer-relacao-de-trabalho>. Acesso em: 02 Ago. 2014.

RIO GRANDE. **Projeto Pedagógico**. Colégio Alternativo. Rio Grande/RS, 2011. Disponível em: <http://www.alternativorg.com.br/arquivos/PPP_EaD_2011.pdf>. Acesso em: 12 Jul. 2014.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C. et al. (Org.). **Os fazeres na Educação Infantil**. 9. ed. São Paulo. Cortez. 2007.

SALLES, Fátima; FARIA, Vitória. **Currículo na Educação Infantil**. Disciplina: Projetos e Práticas Pedagógicas. 2. Ed. São Paulo, SP: Ática, 2012.

SANTO ANTÔNIO DO MONTE. **Projeto Político Pedagógico**. Centro Municipal de Educação Infantil Santo Antônio. Santo Antônio do Monte/MG, 2012. Disponível em: <<http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/ppp>>. Acesso em: 19 Jun. 2014.

SANTOS, Maria Sirley dos. **Pedagogia da Diversidade**. São Paulo: Memmon, 2005.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. **Tempos e espaços para a infância e suas linguagens nos CEIs, creches e EMEIs da cidade de São Paulo**. Secretaria Municipal de Educação. - São Paulo: SME / DOT, 2006. Disponível em:

<[http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Documentos/BibliPed/EdInfantil/EMEIs da cidade de São Paulo](http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Documentos/BibliPed/EdInfantil/EMEIs_da_cidade_de_São_Paulo). Secretaria Municipal de Educação. - São Paulo: SME / DOT, 2006. Disponível em:

<http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Documentos/BibliPed/EdInfantil/TemposEspa%C3%A7osPara%20Inf%C3%A2ncia_SuasLinguagens_CEI_Creche_EMEI.pdf>.

Acesso em: 19 Agos. 2014.

SASSAKI, R. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SERRA, Dayse Carla Gênero. **Teorias e práticas da psicopedagogia institucional**. Curitiba, PR: IESD, 2005.

SHIMIZU, T. **Decisão nas Organizações**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SIMON, Herbert A. **Comportamento Administrativo**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1970.

THIAGO, L. P. S. **Espaço que dê espaço**. In: OSTETTO, L. E. (Org.). Encontros e encantamentos na Educação Infantil: partilhando experiências de estágios. Campinas. Papirus. 2006. P. 51-62.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org). **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1995. Disponível em: <<http://gestaoescolar.abril.com.br/aprendizagem/>>. Acesso em: 30 Jun. 2014.

VYGOTSKY, L.S. **Obras completas: fundamentos de defectologia**. Cuba, Havana: Editorial Pueblo e Educacion, 1989. v.5.